

Accountability e integridade na segurança pública

Accountability and Integrity in Public Security

Josimar de Sousa Correa¹

Josiane Tavares Pinheiro²

Resumo

A accountability e a integridade são princípios fundamentais para o fortalecimento das instituições de segurança pública. Elas garantem que a atuação dos agentes seja pautada pela transparência, responsabilidade e ética, assegurando que profissionais e órgãos de segurança prestem contas de suas ações perante a sociedade. Esse processo promove maior controle social e legitimidade democrática, enquanto a integridade reforça condutas éticas, previne práticas de corrupção e fortalece a confiança da população nas instituições responsáveis pela ordem e pela proteção dos direitos.

Aplicadas em conjunto, essas dimensões contribuem para a construção de uma cultura organizacional sólida, que favorece tanto a eficiência administrativa quanto a credibilidade institucional. A formação ética dos agentes, os mecanismos de fiscalização e as políticas anticorrupção são estratégias indispensáveis para consolidar accountability e integridade como pilares da segurança pública. Este artigo discute a relevância desses princípios com base em referenciais teóricos e estudos de caso, demonstrando que não são opcionais, mas requisitos essenciais para a governança eficaz e para a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Palavras-chave: Accountability, Integridade, Segurança pública, Transparência, Ética

¹3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciado em Matemática e Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física – Oriximiná – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0023-0715> *Autor correspondente: jjcorrea2023@gmail.com

²3º Sargento da Polícia Militar do Pará, Licenciada em Educação Física e Especialista em Segurança Pública – Oriximiná – Pará – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6924-3690>

Abstract

Accountability and integrity are fundamental principles for strengthening public security institutions, as they ensure that the actions of agents are guided by transparency, responsibility, and ethics. Accountability guarantees that professionals and security agencies provide justification for their actions to society, promoting greater social control and democratic legitimacy. Integrity reinforces ethical conduct, prevents corruption, and strengthens public trust in institutions responsible for maintaining order and protecting rights.

When applied together, these dimensions contribute to building an organizational culture based on solid values, which enhances both administrative efficiency and institutional credibility. Ethical training of agents, oversight mechanisms, and anti-corruption policies are indispensable strategies for consolidating accountability and integrity as pillars of public security. This paper discusses the relevance of these principles through theoretical references and case studies, demonstrating that they are not optional elements but essential requirements for effective governance, the prevention of abuse of power, and the protection of citizens' fundamental rights.

Keywords: Accountability, Integrity, Public Security, Transparency, Ethics

1 Introdução

A segurança pública é um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem social e da proteção dos direitos dos cidadãos. Entretanto, sua legitimidade não depende apenas da eficiência operacional, mas também da adoção de valores éticos que orientem a conduta dos agentes e fortaleçam a confiança da sociedade. Nesse contexto, accountability e integridade surgem como princípios indispensáveis para garantir que a atuação das forças de segurança seja transparente, responsável e alinhada aos ideais democráticos (PRZEWORSKI, 1999; FILGUEIRAS, 2018).

A accountability, entendida como a obrigação de prestar contas e justificar ações perante a sociedade, é um mecanismo que promove maior controle social e fortalece a legitimidade das instituições. Segundo O'Donnell (1998), a accountability é essencial para consolidar regimes democráticos, pois assegura que os agentes públicos atuem de forma clara e aberta ao escrutínio. No Brasil, Filgueiras (2011) destaca que a accountability é um instrumento de combate à corrupção e de fortalecimento da confiança social nas instituições públicas.

Por sua vez, a integridade está diretamente relacionada à conduta ética e à incorruptibilidade dos agentes e das instituições. Para Huberts (2018), a integridade pública vai

além do cumprimento das normas legais, envolvendo princípios morais que orientam decisões e atitudes. No contexto brasileiro, Pinho e Sacramento (2009) ressaltam que a integridade é um valor essencial para a administração pública, pois garante que os agentes atuem em conformidade com os princípios democráticos e com os direitos fundamentais.

Quando aplicadas de forma conjunta, accountability e integridade criam uma cultura organizacional sólida, capaz de promover tanto a eficiência administrativa quanto a credibilidade institucional. Bovens (2007) argumenta que accountability e integridade, quando integradas, não apenas melhoram o desempenho das instituições, mas também garantem que suas ações estejam em sintonia com os princípios democráticos. No Brasil, Matias-Pereira (2010) reforça que a integridade e a prestação de contas são elementos centrais para a modernização da gestão pública.

A formação ética dos agentes, os mecanismos de fiscalização interna e externa e as políticas anticorrupção são estratégias essenciais para consolidar accountability e integridade como pilares da segurança pública. De acordo com Filgueiras (2018), programas de integridade e mecanismos de controle são indispensáveis para prevenir desvios de conduta e fortalecer a confiança social nas instituições. Além disso, Schedler (1999) aponta que a accountability é um componente essencial para limitar o poder e garantir a proteção dos cidadãos.

Este artigo busca discutir a relevância desses princípios a partir de referenciais teóricos e estudos de caso, demonstrando que accountability e integridade não são elementos opcionais, mas requisitos indispensáveis para a governança eficaz. Ao integrar práticas de transparência e valores éticos, a segurança pública se fortalece como instrumento democrático, capaz de prevenir abusos de poder e assegurar a proteção dos direitos fundamentais da população (PINHO; SACRAMENTO, 2009; SCHEDLER, 1999).

2 Fundamentação Teórica

A discussão sobre accountability e integridade na segurança pública tem se consolidado como um campo interdisciplinar, envolvendo estudos de ciência política, administração pública e ética. Segundo Przeworski (1999), a accountability é um elemento essencial para a consolidação da democracia, pois garante que os agentes públicos sejam responsabilizados por suas ações. No mesmo sentido, O'Donnell (1998) destaca a importância da accountability horizontal, em que instituições fiscalizam umas às outras, fortalecendo os mecanismos de controle e transparência.

No Brasil, Pinho e Sacramento (2009) ressaltam que a accountability deve ser compreendida como um processo de prestação de contas que envolve não apenas a transparência administrativa, mas também a responsabilização efetiva dos agentes públicos. Para os autores, a tradução do conceito para o contexto brasileiro exige considerar as especificidades da cultura política e institucional, marcada por desafios históricos relacionados à corrupção e à fragilidade dos mecanismos de controle.

A integridade, por sua vez, é definida por Huberts (2018) como a adesão a valores éticos e morais que orientam a conduta dos agentes públicos. Trata-se de um conceito que vai além do cumprimento das normas legais, envolvendo princípios de honestidade, imparcialidade e justiça. No contexto brasileiro, Filgueiras (2018) argumenta que a integridade é fundamental para a construção da confiança social, sendo um dos pilares para a efetividade das políticas públicas e para a prevenção de práticas ilícitas.

Bovens (2007) propõe que accountability e integridade sejam analisadas de forma integrada, uma vez que ambas reforçam a legitimidade das instituições públicas. Enquanto a accountability garante transparência e fiscalização, a integridade assegura que os agentes atuem de acordo com valores éticos, prevenindo desvios de conduta. Essa complementaridade é essencial para a segurança pública, que lida diretamente com o uso da força e com a proteção dos direitos fundamentais.

No Brasil, Matias-Pereira (2010) enfatiza que a modernização da gestão pública exige a incorporação de práticas de integridade e accountability como instrumentos de governança. A adoção de programas de integridade, mecanismos de auditoria e ouvidorias independentes são exemplos de estratégias que fortalecem a credibilidade institucional e reduzem a ocorrência de abusos.

Portanto, a fundamentação teórica evidencia que accountability e integridade não são conceitos isolados, mas dimensões complementares que sustentam a legitimidade democrática e a confiança social nas instituições de segurança pública. A literatura nacional e internacional converge na defesa de que esses princípios são indispensáveis para a governança eficaz, para a prevenção da corrupção e para a proteção dos direitos dos cidadãos.

3 Metodologia

3.1 Abordagem qualitativa

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, voltada para a análise crítica de conceitos e práticas relacionadas à accountability e à integridade na segurança pública. A escolha dessa abordagem se justifica pela natureza interpretativa do tema, que envolve valores éticos, mecanismos de controle e percepções sociais. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa é adequada para compreender fenômenos complexos e contextuais, permitindo explorar dimensões subjetivas e institucionais.

Além disso, a abordagem qualitativa possibilita uma análise aprofundada das relações entre accountability e integridade, considerando não apenas os aspectos normativos, mas também os impactos sociais e políticos. Esse tipo de investigação permite captar nuances que dificilmente seriam identificadas em pesquisas quantitativas, como a percepção da sociedade sobre a legitimidade das instituições de segurança pública.

Por fim, a escolha metodológica busca alinhar-se à literatura nacional e internacional que discute accountability e integridade como fenômenos multidimensionais. Assim, a pesquisa qualitativa se mostra adequada para explorar os desafios e potencialidades desses princípios no contexto brasileiro, sem perder de vista comparações com experiências internacionais.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados será realizada por meio de análise documental e bibliográfica. Serão examinados artigos científicos nacionais e internacionais, legislações brasileiras relacionadas à integridade e accountability, além de relatórios institucionais de órgãos de segurança pública. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção de referenciais teóricos sólidos e para a identificação de lacunas existentes na literatura.

Os documentos oficiais, como decretos e programas de integridade implementados no Brasil, serão analisados para compreender como accountability e integridade vêm sendo incorporadas às práticas institucionais. Essa análise permitirá identificar avanços, limitações e desafios na aplicação desses princípios.

Além disso, serão considerados estudos de caso de iniciativas nacionais e internacionais que buscam fortalecer a transparência e a ética na segurança pública. Essa estratégia possibilitará

comparações e reflexões críticas sobre a aplicabilidade de diferentes modelos no contexto brasileiro.

3.3 Análise de conteúdo

A análise dos documentos oficiais e da literatura científica revelou que accountability e integridade vêm sendo incorporadas gradualmente às práticas da segurança pública no Brasil. Programas de integridade, como os previstos pelo Decreto nº 11.529/2023, demonstram avanços institucionais ao estabelecer parâmetros de controle interno e mecanismos de fiscalização. No entanto, os resultados apontam que tais iniciativas ainda enfrentam desafios de implementação, especialmente no que se refere à cultura organizacional e à resistência de alguns setores (FILGUEIRAS, 2018).

Além disso, os estudos internacionais reforçam que accountability e integridade são pilares universais para a legitimidade democrática. O'Donnell (1998) e Bovens (2007) destacam que a prestação de contas e a conduta ética são indispensáveis para reduzir abusos de poder e fortalecer a confiança social. No Brasil, Pinho e Sacramento (2009) identificam que, apesar dos avanços normativos, a accountability ainda é fragilizada por práticas de corrupção e pela falta de transparência em determinados órgãos

4 Resultados e Discussão

Estudos recentes mostram que em 2023, o Governo Federal brasileiro publicou o Decreto nº 11.529, que estabeleceu parâmetros para a implementação e avaliação de programas de integridade na administração pública. Esse marco normativo trouxe avanços significativos ao exigir mecanismos de controle interno e práticas de transparência, especialmente em instituições ligadas à segurança pública. Contudo, relatórios de órgãos de fiscalização e estudos acadêmicos apontam que a aplicação prática ainda enfrenta obstáculos, como a resistência cultural e a falta de recursos para consolidar uma cultura organizacional baseada em ética e responsabilidade (FILGUEIRAS, 2018; MATIAS-PEREIRA, 2010).

4.1 Resultados da análise documental e bibliográfica

A análise dos documentos oficiais e da literatura científica revelou que accountability e integridade vêm sendo incorporadas gradualmente às práticas da segurança pública no Brasil.

Programas de integridade, como os previstos pelo Decreto nº 11.529/2023, demonstram avanços institucionais ao estabelecer parâmetros de controle interno e mecanismos de fiscalização. No entanto, os resultados apontam que tais iniciativas ainda enfrentam desafios de implementação, especialmente no que se refere à cultura organizacional e à resistência de alguns setores (FILGUEIRAS, 2018).

Além disso, os estudos internacionais reforçam que accountability e integridade são pilares universais para a legitimidade democrática. O'Donnell (1998) e Bovens (2007) destacam que a prestação de contas e a conduta ética são indispensáveis para reduzir abusos de poder e fortalecer a confiança social. No Brasil, Pinho e Sacramento (2009) identificam que, apesar dos avanços normativos, a accountability ainda é fragilizada por práticas de corrupção e pela falta de transparência em determinados órgãos.

4.2 Discussão sobre a integração entre accountability e integridade

No campo da segurança pública, essa integração é ainda mais relevante, pois envolve diretamente o uso da força e a proteção dos direitos fundamentais. A ausência de accountability pode gerar abusos de poder, enquanto a falta de integridade compromete a credibilidade institucional. Portanto, a discussão mostra que apenas a aplicação conjunta desses princípios pode garantir legitimidade e eficácia às ações das forças de segurança. Os resultados evidenciam que accountability e integridade não devem ser tratados como dimensões isoladas, mas como elementos complementares. Accountability garante a transparência e a fiscalização, enquanto a integridade assegura a incorruptibilidade e a conduta ética dos agentes públicos. Essa complementaridade é confirmada por Huberts (2018), que defende a integridade como valor essencial para a confiança social, e por Matias-Pereira (2010), que aponta a accountability como instrumento de modernização da gestão pública.

4.3 Implicações práticas e desafios futuros

Os resultados também indicam que a formação ética dos agentes e a adoção de mecanismos de fiscalização independentes são estratégias indispensáveis para consolidar accountability e integridade. Experiências internacionais, como o uso de câmeras corporais em polícias de países como Estados Unidos e Reino Unido, demonstram que a transparência tecnológica pode reduzir abusos e aumentar a confiança social (BOVENS, 2007). No Brasil, iniciativas semelhantes já apresentam resultados positivos, mas ainda carecem de expansão e institucionalização.

A discussão aponta, contudo, que os principais desafios estão relacionados à resistência cultural e à necessidade de fortalecer a educação ética dos agentes públicos. Como destaca Filgueiras (2011), a accountability só se torna efetiva quando acompanhada de mecanismos de responsabilização real, capazes de punir desvios e recompensar boas práticas. Assim, o futuro da segurança pública depende da consolidação de uma cultura organizacional baseada em valores éticos e em práticas transparentes, que assegurem a proteção dos direitos dos cidadãos e a legitimidade democrática das instituições.

4.4 Implicações práticas e perspectivas futuras

A integração entre accountability e integridade é apontada como essencial para a governança democrática da segurança pública. Experiências internacionais, como o uso de câmeras corporais em polícias dos Estados Unidos e Reino Unido, mostram que a tecnologia pode ser aliada da transparência e da prevenção de abusos (O'DONNELL, 1998). No Brasil, iniciativas semelhantes já apresentam resultados positivos, mas ainda carecem de expansão e institucionalização. Para Filgueiras (2011), accountability só se torna efetiva quando acompanhada de mecanismos de responsabilização real, capazes de punir desvios e recompensar boas práticas.

5 Contribuições práticas à Polícia Militar do Pará

Ao integrar capacitação e reconhecimento, a Polícia Militar do Pará se torna mais próxima da população, consolidando uma relação de confiança e respeito mútuo. Essa aproximação demonstra que a corporação valoriza o diálogo e a legitimidade social, o que contribui para reforçar a legitimidade democrática da segurança pública. Dessa forma, accountability e integridade deixam de ser conceitos abstratos e passam a se materializar em práticas concretas, capazes de transformar a cultura organizacional e fortalecer o papel da polícia como guardião da ordem e dos direitos dos cidadãos.

5.1 Capacitação contínua

A capacitação contínua é um dos pilares fundamentais para consolidar accountability e integridade na Polícia Militar do Pará. Investir em programas de formação técnica voltados para gestão de conflitos, policiamento comunitário e práticas modernas de segurança é essencial para preparar os agentes a lidar com situações complexas de forma transparente e responsável. Segundo

Huberts (2018), a integridade pública não se resume ao cumprimento das normas legais, mas envolve valores morais que devem ser constantemente reforçados por meio da educação e do treinamento.

Além disso, a capacitação contínua contribui para reduzir práticas inadequadas e fortalecer a confiança da sociedade na corporação. A atualização constante dos policiais, por meio de cursos, seminários e treinamentos práticos, garante que eles estejam alinhados às melhores práticas internacionais de segurança pública. Experiências como o uso de tecnologias de monitoramento em polícias de países como Estados Unidos e Reino Unido demonstram que a formação adequada é indispensável para que instrumentos de transparência sejam aplicados de forma eficaz (O'DONNELL, 1998).

No contexto paraense, a capacitação contínua pode ser adaptada às especificidades regionais, considerando os desafios locais, como a atuação em áreas de difícil acesso e a necessidade de diálogo com comunidades diversas. Dessa forma, a formação técnica se torna não apenas um instrumento de profissionalização, mas também de aproximação entre polícia e sociedade, fortalecendo a legitimidade institucional e a confiança social.

5.2 Reconhecimento institucional

O reconhecimento institucional é outro eixo estratégico para consolidar accountability e integridade na Polícia Militar do Pará. Criar políticas de incentivo e premiação para policiais que se destacam pela transparência, respeito aos cidadãos e boas práticas de accountability é uma forma de valorizar o desempenho ético e motivar a corporação. Para Filgueiras (2011), a accountability só se torna efetiva quando acompanhada de mecanismos de responsabilização real, capazes de punir desvios e recompensar boas práticas.

O reconhecimento pode ocorrer tanto de forma interna, por meio de distinções honoríficas, quanto externa, com a valorização pública de agentes que se destacam em ações comunitárias e de respeito às normas institucionais. Essa prática contribui para consolidar uma cultura organizacional baseada em valores éticos, estimulando que outros policiais sigam exemplos positivos.

No Pará, a implementação de programas de reconhecimento institucional pode fortalecer a confiança da sociedade na corporação, ao mostrar que a Polícia Militar valoriza não apenas a eficiência operacional, mas também a conduta ética de seus agentes. Essa valorização é capaz de reduzir a percepção de abusos e aumentar a credibilidade da instituição, tornando-a mais próxima da população e alinhada aos princípios democráticos

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo do estudo evidencia que accountability e integridade não são conceitos abstratos ou opcionais, mas sim requisitos indispensáveis para a legitimidade democrática e para a eficácia da segurança pública. A aplicação conjunta desses princípios fortalece a transparência, previne abusos de poder e consolida a confiança da sociedade nas instituições responsáveis pela manutenção da ordem e pela proteção dos direitos fundamentais.

No contexto da Polícia Militar do Pará, a adoção de estratégias como a capacitação contínua e o reconhecimento institucional se mostra essencial para transformar a cultura organizacional e aproximar a corporação da população. A formação técnica permanente garante que os agentes estejam preparados para lidar com desafios complexos de forma ética e responsável, enquanto políticas de valorização e incentivo reforçam padrões positivos de conduta e motivam os profissionais.

Essas práticas contribuem para reduzir desvios e abusos, aumentar a credibilidade institucional, e aproximar a polícia da sociedade, consolidando uma relação de confiança e respeito mútuo. Dessa forma, accountability e integridade deixam de ser apenas diretrizes teóricas e passam a se materializar em ações concretas, capazes de fortalecer a governança da segurança pública e assegurar a proteção dos direitos dos cidadãos.

Referências

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e accountability. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 367-393, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. Integridade e confiança: o papel da accountability na administração pública. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 630-649, 2018.

PINHO, José Antônio G.; SACRAMENTO, Ana Rita S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança corporativa e accountability: desafios para a gestão pública brasileira. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 451-472, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e o mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal em novas democracias. *Journal of Democracy*, Washington, v. 9, n. 3, p. 112-126, 1998.

BOVENS, Mark. Analisando e avaliando a accountability: um marco conceitual. *European Law Journal*, Oxford, v. 13, n. 4, p. 447-468, 2007.

HUBERTS, Leo. Integridade: o que é e por que é importante. *Public Integrity*, Londres, v. 20, n. 1, p. 18-32, 2018.

SCHEDLER, Andreas. Conceituando a accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc (orgs.). *O Estado autorrestritivo: poder e accountability em novas democracias*. Boulder: Lynne Rienner, 1999.